

HÁ UM NOVO PADRÃO DE FINANCIAMENTO RURAL? ANÁLISE DO CRÉDITO DE CUSTEIO DA SOJA EM DOM PEDRITO/RS

Juliano Luiz Fossá

Claudio Marques Ribeiro

Ana Paula Schervinski Villwock

GRUPO DE TRABALHO: GT4: Desenvolvimento rural, alimentação e consumo sustentável:

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste analisar o crédito de custeio da cultura da soja no município de Dom Pedrito/RS. Acorado metodologicamente na perspectiva histórico-dedutivo, o estudo se caracteriza essencialmente a partir de uma abordagem quantitativa. O período de análise foi de 2015 a 2024, delimitado em função da disponibilidade de uma das variáveis utilizadas no estudo. Foram consideradas séries estatísticas tanto do Banco Central do Brasil como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, contou-se com três informantes-chaves para esclarecimentos sobre a cultura da soja no município. A análise dos resultados foi através da estatística descritiva e foi dividida em duas partes. Os principais resultados demonstraram que mesmo com incremento de 193,5% no valor acessado via crédito rural pela cultura da soja entre 2015 e 2024, a área financiada via este mecanismo reduziu sua participação de 43,3% em 2015 para apenas 23,3% em 2024, o que neste último ano representam 38.505 do total de 165.000 hectares de área plantada de soja em Dom Pedrito/RS. A análise deste cenário sugere que a alteração do padrão de financiamento está ocorrendo por ao menos quatro aspectos principais, entre os quais a atuação de sete grandes empresas de Trading do agronegócio que operam na localidade.

Palavras-chave: Crédito Rural. Política Pública. Agronegócio. Trading.

INTRODUÇÃO

O crédito rural se estabeleceu ao longo do último século como uma das principais estratégias do Estado Brasileiro de apoio ao setor agropecuário. No processo conhecido como modernização da agricultura brasileira, o financiamento público do setor, de forma volumosa e subsidiada, garantiu a penetração do capital financeiro no rural brasileiro (Delgado, 1985; 2012), que permanece até a atualidade.

Em estudo seminal, Mattei (2014) demonstra a continuidade efetiva da participação do Estado Brasileiro ao demonstrar que os recursos públicos tiveram crescente aumento na passagem dos séculos XX e XXI, resultando numa média de R\$ 79,0 bilhões anuais destinada somente à agricultura empresarial entre 2003 e 2012, ante, a um valor médio de R\$ 35,0 bilhões anuais entre 1995 e 2002. Entretanto, destaca-se que após esse período, por razões ligadas principalmente a retração econômica do Brasil, houve uma redução no número de contratos anuais de 2013 à 2021 no que tange a política de crédito rural brasileira (Baccarin, Oliveira, 2021; Fossá, Matte, Mattei, 2022).

A partir dos anos de 2021 e 2022 o montante de crédito rural total concedido no país ultrapassou o montante de R\$ 200,0 bilhões anuais (Fossá, Villwock e Matte, 2024). Em continuidade a isso, os dados da Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (Bacen)

registram que o acesso ao crédito rural em 2024 foi de aproximadamente R\$ 371,3 bilhões (Brasil, 2025). Este cenário de pujança estatal no fornecimento de crédito rural é ainda mais difundido na medida em que ano após ano, os Planos Safra do Governo Federal batem recordes de valor disponibilizado via sistema bancário.

Juntamente com o aumento do crédito nos últimos anos, estabeleceu-se o direcionamento do crédito rural com o foco em culturas como a soja e o milho (Scapin; Troian, 2023), com a soja recebendo maior volume de recursos. Além disso, Búrigo et al. (2021) constataram o direcionamento dos recursos de custeio principalmente para grãos, especialmente soja, milho, trigo e café.

Em termos comparativos, em nível de país a participação do crédito rural oficial apresenta crescimento de sua participação em relação à área plantada total, variando de 37,1% em 2015 para 47,4% em 2023 (IBGE, 2025). O mesmo ocorre com o estado do Rio Grande do Sul que no mesmo período cresceu de 46,1% para 59,1%, o que por sua vez corrobora com o entendimento da importância crescente da participação do Estado brasileiro no financiamento da agropecuária nacional.

Apesar do incremento do crédito rural oficial, em sentido oposto, na cultura da soja, em algumas localidades e regiões na última década, tem se percebido um movimento acentuado de redução da participação dos recursos via Sistema Nacional de Crédito Rural em relação à área plantada total. É o caso do município de Dom Pedrito/RS, que por sua vez apresenta crescimento expressivo da área plantada da cultura da soja ao mesmo tempo em que o financiamento de custeio dessa cultura a partir do crédito rural oficial, tem recebido cada vez menos participação no conjunto total da produção. Assim, ao considerar a exposição até aqui, elaborou-se a seguinte pergunta de pesquisa: está ocorrendo um novo padrão de financiamento da cultura da Soja em Dom Pedrito/RS? E em consequência disso, enquanto objetivo, analisar o crédito de custeio da cultura da soja no município de Dom Pedrito/RS.

No que se refere à estrutura, visando o alcance do objetivo proposto, este artigo está organizado em quatro seções para além desta introdução. Na primeira seção são elaborados os argumentos teóricos que sustentam a discussão do estudo. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos que guiaram a realização desta investigação científica. Na terceira seção são analisados e discutidos os resultados verificados, e por fim, enquanto quarta seção são tecidas as considerações finais as quais retomam os principais aspectos em debate, assim como são sugeridas possibilidades de outros estudos a partir de outras realidades sobre a temática.

"SAPERE AUDE!": NOTAS SOBRE O FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Instiga-se a discussão teórica a respeito do financiamento rural no país que demarca um longo período, especialmente a partir da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, ao mesmo tempo em que remete a milhares de estudos, pesquisas e investigações científicas, que por sua vez renovam os conhecimentos e os entendimentos sobre a temática.

Se há diversas possibilidades de entendimento sobre o curso da história, há certo consenso de que a política de crédito rural se constitui como um dos principais elementos da chamada “modernização da agricultura” brasileira no século XX, em vizinhança à pesquisa agropecuária e à extensão rural (Sorj, 1980; Graziano da Silva, 1982). Nesta trajetória, as obras de Delgado (1985) e (2012) demonstram sem ofuscamento o papel determinante do Estado brasileiro no aporte de vultosos recursos de financiamento rural.

Em análise sobre o desempenho do SNCR entre 2003 e 2014, Búrigo et al. (2021) demonstra a evolução da aplicação do montante de recursos cresceu 174,2%, ou seja, de

aproximadamente R\$ 60,0 bilhões em 2003 para R\$ 164,5 bilhões em 2014 - a partir de valores constantes de 2014 -. Ainda segundo os autores, tais valores chegaram “próximo aos patamares do período áureo do crédito rural, na virada da década de 1980” (Búrigo et al. 2022, p. 639).

Em relação ao crédito de custeio, a cultura da soja tem absorvido a maior parte dos recursos de custeio agrícola do SNCR nas últimas duas décadas (Búrigo et al., 2022; Fossá, Villwock, Matte, 2024; Fossá et al. 2024). O avanço recente da produção da soja e a consequente participação do crédito rural, especificamente a esta produção está diretamente associado ao aumento das exportações nacionais do produto, as quais estão atreladas ao boom dos preços internacionais (Flexor, Kato e Leite, 2022).

Neste íterim mais recente, entre 2013 e 2024, conforme dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Bacen, o crédito de custeio específico à soja via SNCR alcançou evolução de 94,4%, alterando de R\$ 30,7 bilhões para R\$ 59,7 bilhões no período. Em comparação, o crédito de custeio total, obteve no acesso entre 2013 e 2024, evolução de 51,8%, registro significativamente inferior ao da cultura da soja (Brasil, 2025).

"Sapere aude!. As breves notas elaboradas até aqui demonstram que a atuação do Estado brasileiro no financiamento da agricultura brasileira, demonstra um longo processo de continuidade de disponibilidade de crédito rural ao setor agropecuário. Assim, coadunamos com Mattei (2014) que não é possível conceber a política de crédito rural no país sem reconhecer o papel do Estado brasileiro como importante instrumento da acumulação capitalista no rural brasileiro, principalmente centrado no modelo patronal / empresarial.

Por outro lado, em visão antagônica, sobre o papel do Estado no fornecimento de crédito rural à agricultura brasileira, Buainain et al. (2013), inserem no debate acadêmico o avanço do financiamento rural privado como um dos elementos de um “novo rural” no país. Nesta esteira, é necessário reconhecer, que o financiamento da agropecuária avança por outros meios que não sejam via SNCR, entre os quais, figura o financiamento privado. Isto posto, este reconhecimento não significa a redução da participação do Estado ou ainda uma “saída à francesa” do mesmo quanto ao financiamento rural.

A variável que supera esta hipermetropia é a área total financiada, a qual nos últimos anos é requisito obrigatório para acesso ao financiamento no sistema bancário que opera o crédito rural. Esta informação está disponível na Matriz de Crédito Rural (MCR) desde o ano de 2015. A partir do cruzamento desta série de dados, com as estatísticas da área total plantada via Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), equaciona-se o entendimento da participação do crédito rural oficial, ao mesmo tempo em que posiciona o total do financiamento a partir de outros meios e agentes.

A observação dos dados mencionados no parágrafo anterior quanto ao *lôcus* de pesquisa, à luz da reflexão teórica, é possível compreender ao menos dois caminhos ocorrem e se enquadram com a realidade do nosso objeto de análise. Isto porque, no financiamento de custeio específico à cultura da soja, a nível local de Dom Pedrito/RS, está ocorrendo um processo contínuo de expansão dos montantes aportados via crédito rural oficial, entretanto em velocidade menor à expansão da área plantada total, que por sua vez significa também, crescimento altamente importante de outros meios de financiamento, especialmente de agentes privados, o que consequentemente representa um novo padrão de financiamento rural.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção do conhecimento nas ciências econômicas, como em qualquer outra área das ciências, se faz a partir da observação dos fatos econômicos, em especial dos novos,

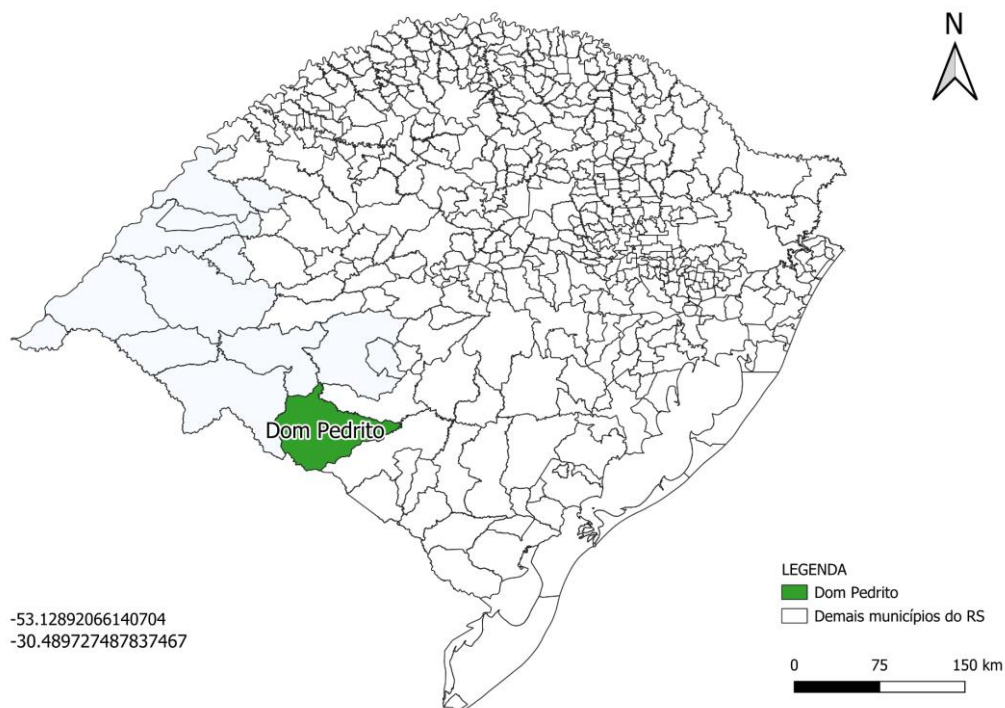
e a correlação dos mesmos aos outros fatos sociais e políticos (Bresser-Pereira, 2009). Neste sentido, o método que guiou a construção deste estudo foi o histórico-dedutivo, que por sua vez parte da observação de uma realidade complexa e em mudança mantendo-se próximo a eles durante o processo dedutivo (Bresser-Pereira, 2009).

Quanto à abordagem, classifica-se essencialmente como quantitativo a partir da utilização de pesquisa em dados secundários. Assim coadunamos com o entendimento de Marconi e Lakatos (2022) que se caracteriza o método quantitativo como aquele que emprega variáveis numéricas tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

A este respeito, foram utilizados dados referentes ao acesso do financiamento rural a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural junto ao site do Banco Central do Brasil (Bacen), e, da área plantada por meio da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), geridas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, foram acessadas informações do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE e contatados quatro informantes-chaves com atuação em Dom Pedrito/RS, a saber: i) dois técnicos da EMATER/RS; ii) um profissional de uma organização do Agronegócio; ii) uma técnica da Inspetoria de Defesa Agropecuária Dom Pedrito/RS.

A delimitação do campo de pesquisa, ou seja, lócus é o município de Dom Pedrito/RS, localizado no Bioma Pampa, região da Campanha na fronteira com o Uruguai, conforme Mapa 1. A escolha por esta unidade se deu por quatro motivos principais: i) relevância em termos de produção da cultura da soja; ii) a crescente expansão da cultura, posicionando como o maior produtor do estado do Rio Grande do Sul em cultivo sequeiro e segundo maior em cultivo irrigado; iii) diminuição drástica da área financiada nos registros do crédito rural oficial no município; iv) interesse acadêmico quanto ao aprofundamento da realidade social da localidade investigada.

Mapa 1– Municípios de Dom Pedrito/RS.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

A análise dos resultados se deu através da estatística descritiva, envolvendo o conjunto de dados. Em um primeiro momento foram elaboradas análises quanto ao acesso ao crédito rural total e o direcionamento específico à cultura da soja, considerando o período de 2015-2024, conforme a disponibilidade dos dados a nível municipal. No segundo conjunto da construção analítica, priorizou-se avaliação relacional com a área da plantada da cultura da soja no município, articulada com outras culturas agrícolas e pecuárias a fim de compreender tais dinâmicas socioprodutivas a nível local. Para esse segundo conjunto, o período analisado foi ampliado, quando possível, em virtude da disponibilidade de dados e as possibilidades de contribuições de entendimento do problema de pesquisa.

Ressalta-se ainda que a análise descritiva dos dados foi complementada com a pesquisa bibliográfica, levando em consideração os principais estudos a nível de país. Assim, inicialmente se debruçou a respeito do acesso e distribuição do crédito rural e em seguida procedeu-se a ênfase nas alterações socioprodutivas a partir das mudanças no padrão de financiamento rural na unidade de análise.

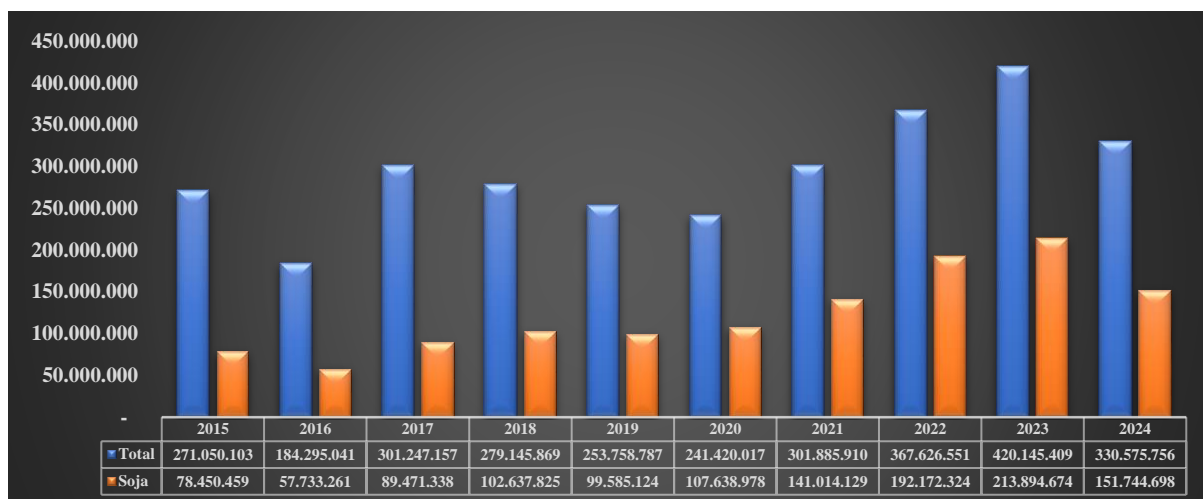
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em um primeiro momento, será apresentado um diagnóstico quanto a dinâmica do acesso ao crédito rural de custeio entre 2015 e 2024 no município de Dom Pedrito/RS, a qual está focada no desempenho do financiamento da cultura da soja. Em consonância a isto, serão realizadas comparações com o desempenho a nível do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, bem como, das principais culturas as quais serão apontadas no desenvolvimento de nossa análise. Em um segundo momento, serão argumentados e discutidos elementos a respeito da alteração do padrão de financiamento para cultura da soja.

O crédito rural de custeio representou em Dom Pedrito/RS no período em análise o montante acumulado de R\$ 2,9 bilhões, dos quais 41,8%, ou seja, R\$ 1,2 bilhões foi destinado à cultura da soja. O período é marcado a partir da ascensão da produção da cultura da soja no município, o que por consequência induziu o direcionamento do crédito rural à cultura.

Os dados mostram que o valor anual passou de R\$ 78,4 milhões em 2015 para R\$ 151,7 milhões em 2024, o que resulta em crescimento de 193,5% (Brasil, 2025). Além disso, a participação da cultura da soja no total acesso de crédito de custeio no município, evoluiu de 28,9% em 2015 para 45,9% em 2024. Este cenário vai de encontro ao crescimento já verificados em outros estudos no município e região, a exemplo de Fossá e Troain (2024) que identificaram que o montante financeiro da cultura da soja aumentou 351,7% no comparativo 2013/2023 em 20 municípios pertencentes ao Pampa Gaúcho.

Gráfico 01 - Evolução do montante de Crédito Rural de Custeio Total e da Cultura da Soja em Dom Pedrito/RS entre 2015 e 2024



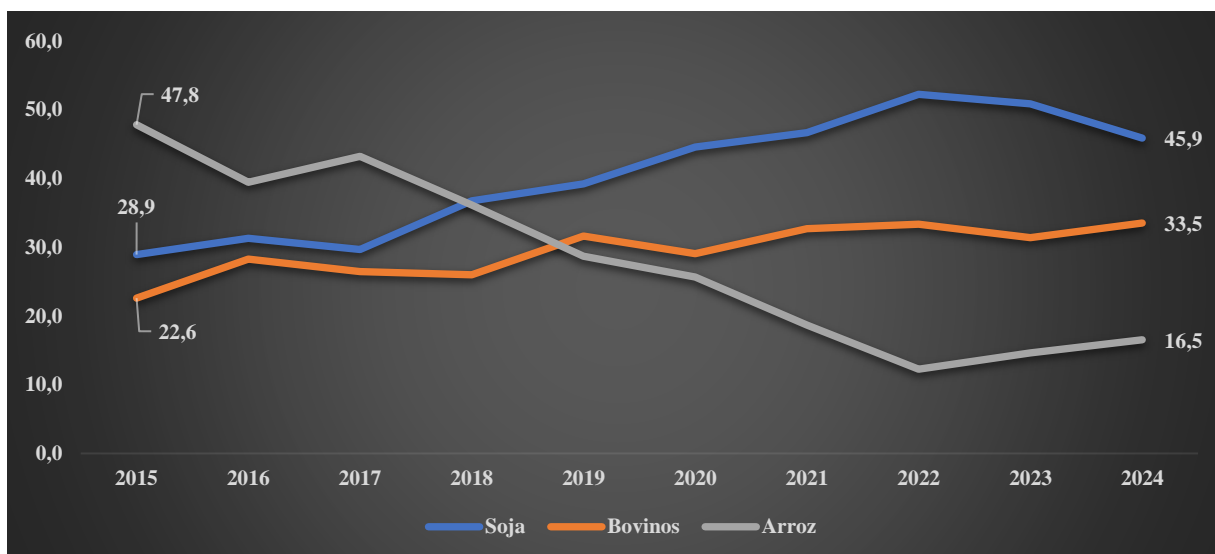
Fonte: Banco Central do Brasil (2025), elaboração dos autores.

A partir dos dados, compreende-se que três aspectos precisam ser considerados. O primeiro diz respeito à evolução do total do crédito de custeio, que por sua vez no município, apesar de registrar expressivo crescimento - alcançou o patamar de 122,8% entre 2015 e 2024-, a cultura da soja, por sua vez, teve um desempenho significativamente superior no que se refere ao crédito rural. O segundo aspecto está relacionado ao direcionamento dos recursos de custeio entre as principais culturas e atividades agropecuárias, isto é, a dinâmica sócioprodutivas foi se modificando na região, na medida em que este processo ocorreu, o que foi alterando a participação no acesso entre as principais culturas (Vilagram, Troian e Maciel, 2023).

Exemplificando os dois primeiros aspectos, analisa-se que o arroz, a bovinocultura e a soja concentram em Dom Pedrito/RS, em todo o período de análise 99,4% dos recursos de custeio acessados. Entretanto, enquanto o financiamento oficial da soja ganha espaço, ocorre o processo inverso com a cultura do arroz, que passa de significativos 47,8% no ano de 2015 para somente 16,5% em 2024 do total dos recursos de custeio acessados a nível municipal.

Nestes termos, a rizicultura Pedritense registrou queda de 57,8% de acesso ao crédito de custeio, nível de redução superior ao se comparado a área de plantada que foi de aproximadamente 29,1% (Brasil, 2025; IBGE, 2025). Este cenário de especialização produtiva e redirecionamento de crédito rural à soja não se limita ao local de análise deste estudo, mas sim em todo o estado do Rio Grande do Sul (Viana, *et al.*, 2021; Wesz Júnior, 2021).

Gráfico 02 - Participação Relativa das Três principais culturas e atividades em termos de acesso no Crédito Rural de Custeio Total, Dom Pedrito/RS entre 2015 e 2024



Fonte: Banco Central do Brasil (2025), elaboração dos autores.

Já o montante de recursos direcionados à bovinocultura apresentou leve crescimento de sua participação, de 22,6% para 33,5% no comparativo 2015/2024, especialmente em função da trajetória histórica de Dom Pedrito/RS, como de toda região da Campanha Gaúcha, na atividade pecuária, apesar de as estatísticas demonstram indícios de alteração de um padrão produtivo, ou seja, passaram de um sistema extensivo para aquele de manejo intensivo da bovinocultura, especialmente a de gado de corte. Conforme Silva e Viana (2020) esse movimento é liderado especialmente por perfil de produtor denominado “Pecuarista Sojicultor”. Apesar disso, os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal revelam que o rebanho bovino no município teve redução de 11,7% entre 2015 e 2023, passando de 374,4 para 330,4 mil cabeças (Brasil, 2025).

O terceiro aspecto relaciona-se com a comparação com evolução do acesso ao crédito de custeio total, bem como o financiamento específico da cultura da soja com o Rio Grande do Sul e com o país. Em relação ao volume total de crédito de custeio, tanto o estado gaúcho quanto o país apresentaram um maior crescimento dos recursos em termos relativos, apresentando respectivamente evolução de 132,9% e 145,7% - em Dom Pedrito/RS foi de 122,0% conforme demonstrado anteriormente -. Em relação à soja, se efetiva o processo inverso, que por sua vez, teve no município em destaque crescimento dos recursos de financiamento de crédito rural na ordem de 193,5%, enquanto a nível de Rio Grande do Sul foi de 163,5%, e a nível de Brasil que foi de 167,6%, conforme evidenciado no Quadro 01.

Quadro 01 - Evolução do Crédito Rural de Custeio Total e da cultura da Soja, a nível de País, Rio Grande do Sul e Dom Pedrito/RS, entre 2015 e 2024.

	Brasil		Rio Grande do Sul		Dom Pedrito/RS	
Ano	Total	Soja	Total	Soja	Total	Soja
2015	145.550.271.412	35.606.980.080	20.596.368.616	6.580.510.469	270.894.966	78.405.558
2016	104.033.855.306	22.831.207.368	15.226.521.740	5.026.791.008	184.189.558	57.700.217
2017	138.079.548.314	37.613.850.550	18.812.273.284	6.874.341.931	301.074.737	89.420.128
2018	136.861.948.009	39.934.189.394	18.734.287.914	7.408.842.989	278.986.099	102.579.079
2019	133.961.948.009	40.637.591.981	18.783.222.932	8.531.418.684	253.613.547	99.528.126
2020	144.247.112.840	42.438.912.093	20.011.665.658	10.659.736.495	241.281.839	107.577.370
2021	180.133.599.058	53.468.912.093	24.694.857.958	15.004.688.954	301.713.124	140.933.419
2022	224.765.188.911	75.679.520.173	34.008.680.213	13.289.922.674	367.208.378	192.062.333
2023	235.039.771.620	73.400.219.841	33.138.475.844	13.289.922.674	419.904.936	213.772.251
2024	207.642.707.878	59.691.363.936	27.369.603.188	10.757.881.354	330.575.756	151.744.698
Total	1.647.074.517.270	481.302.440.741	21.375.957.349	92.053.116.366	2.949.442.939	1.233.723.179
Evolução (%) 2015/2024	145,7	167,6	132,9	163,5	122,0	193,5

Fonte: Banco Central do Brasil (2025), elaboração dos autores.

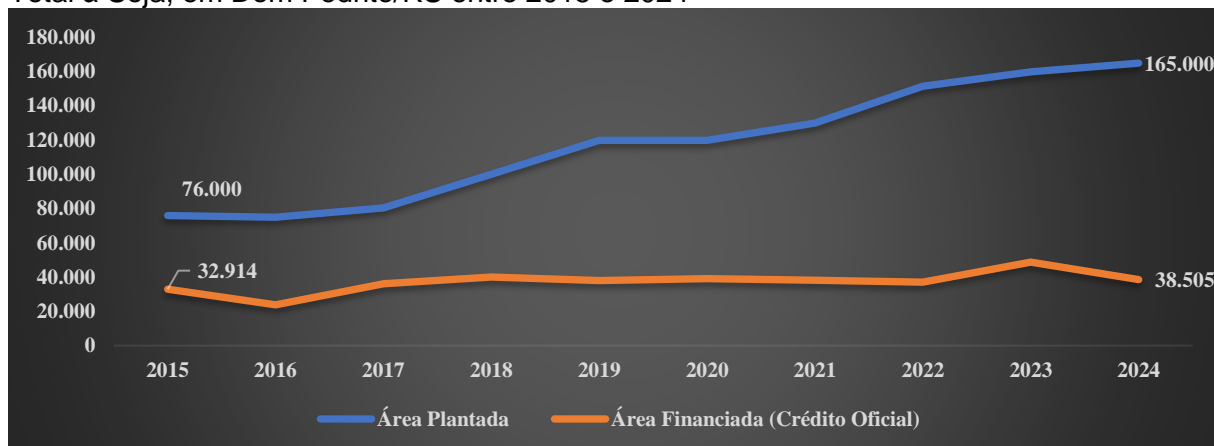
Os resultados apresentados até aqui reforçam a perspectiva de que o crédito rural oficial à produção da soja no *lôcus* de pesquisa se expande, o que é correto. Mas afinal há uma alteração no padrão de financiamento? De fato há, e está diretamente relacionado à dimensão da área plantada da sojicultura em expansão contínua com que tornou a participação do crédito rural oficial em contínua queda no período analisado. Este cenário quanto ao financiamento da cultura da soja a nível local vai de encontro às contribuições de Schedenfeldt *et al.* (2021) que sinalizam o crescimento de investimentos alternativos ao crédito rural oficial.

Em 2024 o total da área plantada da cultura de soja no município de Dom Pedrito/RS chegou aos 165.000 ha, ao passo que a área financiada via crédito rural oficial foi de apenas 38.505 ha, o que representa apenas 23,3% do total. O descompasso entre as variáveis já é registrado no primeiro ano da análise, ou seja, em 2015, que representou 43,3%, o que por vez significou uma área total naquele ano de 76.000 ha e de 32.914 ha financiados via mecanismo oficial de crédito rural (Brasil, 2025; IBGE, 2025).

Os dados remetem ao entendimento de que é um fenômeno que já vem ocorrendo anteriormente ao ano de 2015, entretanto, os dados disponibilizados pelo Bacen registram a área plantada do financiamento por produto a partir deste ano. Isto porque, especialmente em função dos preços internacionais a nível mundial estarem valorizados nas últimas duas décadas, ocorre um processo de mudança do sócioprodutivo no país (Flexor, Kato e Leite, 2022).

Esse fenômeno não representa em si uma “fuga do Estado” ou muito menos uma “saída à francesa” nos termos de Buainain *et al.* (2012), pois, as estatísticas apresentadas anteriormente demonstram o contrário. O que de fato vem ocorrendo, ao menos no cenário investigado no município de Dom Pedrito/RS é a entrada e/ou ampliação da participação de outros agentes, entre os quais, grandes empresas privadas, conhecidas por “*Trading*”, atraídas principalmente pelo negócio atrativo da atividade, em específico, neste caso, a cultura da soja.

Gráfico 03 - Área Plantada de Soja (ha) e Área (ha) Financiada de Crédito Rural de Custeio Total à Soja, em Dom Pedrito/RS entre 2015 e 2024



Fonte: Banco Central do Brasil (2025), elaboração dos autores.

A partir do cenário local, nos últimos 15 anos verificou-se a chegada e a atuação de sete empresas “*Trading*” no município que realizam suas operações em distintas possibilidades de atuação. Tais organizações atuam com maior ocorrência no modelo conhecido como “Sistema de Integração”, em que a empresa ao mesmo tempo fornece o crédito, insumos, assistência técnica, logística e compra da produção (Hentz e Hespanhol, 2023).

Nestes termos, é necessário reconhecer que para além da atuação de tais organizações há um contingente de possibilidades de formas de financiamento que constituem esta vacante entre as variáveis que estamos utilizando nesta análise. A este respeito, pode-se destacar ao menos três formas que se inserem na realidade local: i) o financiamento próprio por parte do produtor que desenvolve a atividade; ii) financiamento via outras organizações vinculadas ao agronegócio, inclusive o sistema bancário por meio de transações que não se enquadram ao crédito rural; iii) empréstimos formais via contratos e até informais de pessoas físicas e jurídicas que deslumbram neste mercado uma remuneração atrativa para investimento de seu capital.

Neste sentido, a guisa de desfecho de nossa discussão, retoma-se que nesta pesquisa, com recorte delimitado em Dom Pedrito/RS, quanto ao financiamento de custeio da soja está inserida em uma dinâmica sócio produtiva estruturalmente colocada enquanto cadeia do agronegócio brasileiro. Assim os dados discutidos nesta seção se situam de fundamental maneira à composição da compreensão da realidade social investigada quanto à evolução do financiamento da cultura da soja tanto via crédito rural oficial quanto privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, que teve como seu objetivo analisar o crédito de custeio da cultura da soja no município de Dom Pedrito/RS, verificou um novo padrão de financiamento rural no que tange a cultura, em um cenário em que apesar do aumento expressivo dos recursos financeiros destinados à cultura, a participação em relação da área financiada via crédito rural oficial e as áreas plantadas estão cada vez menores. Em um cenário em contínuo processo de transformação, ganham espaço outras formas de financiamento que colocam novas dinâmicas e perspectivas frente aos produtores, majoritariamente aqueles com grandes estabelecimentos rurais em termos de seu tamanho.

Um ponto central na discussão apresentada está na velocidade da expansão da soja no município, que por sua vez, está diretamente vinculada ao preço do produto e a crescente

demanda global da oleaginosa. O descolamento entre as variáveis da área financiada via crédito rural oficial e a área plantada no local de nosso estudo pode ser compreendido a partir de quatro aspectos principais que se relacionam entre si. O primeiro está relacionado à própria capacidade do Estado e do sistema bancário em atender com disponibilidades as demandas requeridas em via crédito rural oficial.

O segundo aspecto relaciona-se a atuação das organizações que negociam e comercializam o grão, assim como mencionamos na seção anterior, são sete Trading operando em Dom Pedrito/RS, das quais a maior parte atua no formato de integração, inclusive no financiamento da produção, com acerto financeiro no momento da entrega da safra. O terceiro relaciona-se ao financiamento, via sistema bancário, mas em linhas de crédito que não se enquadram enquanto crédito rural, bem como, empréstimos junto à pessoas jurídicas e/ou físicas. Enfim, o quarto aspecto que permite a compreensão deste fenômeno, é o financiamento de custeio por conta própria, ou seja, situação em que o produtor diante de sua disponibilidade de capital consegue aportar os recursos necessários ao seu custeio.

Assim, ainda que este estudo não teve a pretensão de esgotar o assunto, antes pelo contrário se posiciona com ineditismo ao discutir uma realidade local, os dados e análises apresentadas ressaltam uma importante mudança estrutural em curso do padrão de financiamento rural. Desse modo, registramos a importância de entendimento dos motivos pelos quais esse fenômeno está ocorrendo e em quais condicionantes estão inseridos este conjunto de produtores. Trata-se de uma vantagem financeira operacional? Ou diz respeito que a busca por alternativas de crédito rural está relacionada a restrições financeiras de operações firmadas no passado? Por fim, tais questões podem ser respondidas, as quais carecem de aprofundar estudos e discussões sobre a temática, especialmente a partir de outras perspectivas epistemológicas e metodológicas com objetivo de compreender tal realidade socioeconômica.

REFERÊNCIAS

- BACCARIN, J. G.; DE OLIVEIRA, J. Al. Uma avaliação da distribuição do PRONAF entre as regiões geográficas do Brasil. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 114-140, 2021.
- BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2012.
- BÚRIGO, F. L. *et al.* O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003-2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 635-668, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-6>.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. **Matriz de Crédito Rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural> . Acesso em: 07 fev. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, Niterói, v. 29, n. 2, p. 163-190, abr. 2009.
- BÚRIGO, F. *et al.* O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003-2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2022, v. 29 n. 3. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-6>
- DELGADO, G. C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo: Ícone, 1985.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FLEXOR, G.; KATO, K.; LEITE, S. P. **Transformações na agricultura brasileira e os desafios para a segurança alimentar e nutricional no século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F.. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, v. 29, 2022.

FOSSA, J. L. *et al.* "MENOS FEIJÃO, MAIS SOJA": HISTÓRICO DO FINANCIAMENTO PRONAF CUSTEIO AGRÍCOLA NO BRASIL ENTRE 2013 E 2023.. In: Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais...** Palmas (TO) UFT, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/62-congresso-da-sober-397784/814449-MENOS-FEIJAO-MAIS-SOJA--HISTORICO-DO-FINANCIAMENTO-PRONAF-CUSTEIO-AGRICOLA-NO-BRASIL-ENTRE-2013-E-2023>. Acesso em: 25/02/2025

FOSSÁ, J. L., VILLWOCK, A. P. S.; MATTE, A. Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022. **Desenvolvimento em Questão**. 2024, v. 22, n. 60. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14701>

FOSSÁ, J. L.; TROIAN, A. Análise da distribuição do crédito rural nas regiões da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 19, n. 55, p. 51-75, ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT195573102>

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HENTZ, C.; HESPAHOL, R. A. M. A agroindústria de carnes de aves e suínos e o perfil dos produtores integrados na Microrregião Geográfica de Chapecó-SC. **Geosul**, 2023, v. 38 n. 87. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e87752>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. Atlas, 8. ed., Barueri/SP, 2022.

MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural** v. 52, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600006>

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SCAPIN, Beatriz; TROIAN, Alessandra. PRONAF e Território: O Crédito Rural na Agricultura Familiar da Quarta Colônia/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, 2023. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13136>. Acesso em: jun. 2024.

SCHEDENFFELDT, B. F., *et al.* Instrumentos privados de financiamento do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXX – n. 1 – Jan./Fev./Mar. 2021. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1599> . Acesso em: 02 abr. 2025.

SILVA, C. S.; VIANA, J. G. A. Instituições na pecuária de corte e sua influência sobre o avanço da sojicultura na Campanha Gaúcha - Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 58, n. 4, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.214991>

VIANA, J. G. A. *et al.* Evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul: análise por atividade e finalidade dos recursos de 2006 a 2018. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**,

Maringá (PR), v. 14, n. 2, p. 291-303, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2021v14n2e7686>

VILAGRAM, C. L. E.; TROIAN, A.; MACIEL, M. D. A. Crédito Rural: o programa nacional de apoio ao médio produtor rural em Dom Pedrito/RS. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa (MG), v. 22, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25070/rea.v21i2.14475>